

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO IPREMA
28 DE AGOSTO DE 2026

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às 17h54, por meio virtual, realizou-se reunião do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência do Município de Araripe – IPREMA, com a participação da consultora Ariadne Maciel, dos participantes identificados na gravação como João Batista, Diógenes e Crislúcia representantes do Comitê de Investimentos do IPREMA. A reunião teve como pauta principal a apresentação e análise dos resultados da carteira de investimentos referentes ao fechamento do mês de julho de 2026, a evolução do patrimônio do Instituto, o acompanhamento da meta atuarial, o enquadramento da carteira, o andamento das providências relacionadas ao Pró-Gestão RPPS, bem como assuntos correlatos à regularidade previdenciária e à documentação das atividades do Comitê. Iniciada a apresentação, a consultoria informou que, no fechamento do mês de julho de 2026, o patrimônio da carteira se encontrava em aproximadamente R\$ 56,82 milhões, em comparação com cerca de R\$ 56,694 milhões ao final de junho, representando crescimento superior a R\$ 100 mil no período. Durante a conferência dos dados pelos participantes, foram retomados os valores dos meses anteriores e esclarecido que os números referentes ao mês de agosto ainda não estavam disponíveis, uma vez que o mês somente seria consolidado após o seu encerramento e o posterior envio dos extratos pelo Instituto. Quanto ao desempenho dos investimentos, foi apresentada rentabilidade acumulada de aproximadamente 7,07% até o mês de julho, situada acima da meta atuarial acumulada do período. A consultoria recordou que, no mês anterior, a carteira se encontrava muito próxima da meta, com diferença de apenas cerca de 0,02 ponto percentual, e registrou que o resultado de julho permitiu a superação do objetivo acumulado. Foi informado, ainda, que a meta atuarial adotada pelo Instituto corresponde ao IPCA acrescido de 5,67% ao ano, sendo ressaltada a evolução positiva da estratégia de investimentos até aquele momento. Na sequência, os participantes discutiram a oscilação do patrimônio ao longo dos últimos meses. Ao ser questionado sobre os repasses, foi informado que o Instituto vinha recebendo os valores relativos aos servidores, porém os repasses patronais vinculados aos parcelamentos não vinham sendo recebidos desde janeiro de 2026. A consultoria ponderou que a ausência desses ingressos, associada à necessidade de realização de resgates para suportar os pagamentos previdenciários, explica a existência de meses em que o patrimônio apresenta redução, ainda que a carteira registre rentabilidade positiva. Foi destacado que a boa rentabilidade dos investimentos tem contribuído para preservar o patrimônio do Instituto em patamar relativamente estável, evitando redução mais significativa. Conforme exposto na reunião, os rendimentos acumulados desde o início do exercício somavam aproximadamente R\$ 3,864 milhões, montante que, em grande medida, teria compensado os resgates realizados ao longo dos meses. A consultoria ressaltou que, caso permaneça a necessidade recorrente de retirada de recursos sem o correspondente ingresso dos repasses patronais, a tendência é de pressão negativa sobre o patrimônio, razão pela qual recomendou

que esse fato seja evidenciado junto ao ente federativo e devidamente registrado nas atas do Comitê. Passando à análise da composição da carteira, a consultoria informou que os investimentos se encontravam enquadrados, tendo sido inseridos alertas específicos nos ativos cuja manutenção e possibilidade de novos aportes dependem do atendimento aos requisitos relacionados ao Pró-Gestão RPPS Nível II. Foi reforçada a necessidade de acompanhamento contínuo da implantação das ações necessárias à certificação, registrando-se, conforme orientação apresentada na reunião, prazo remanescente de aproximadamente um ano e quatro meses, com referência a fevereiro de 2028, para a adequação das posições abrangidas pelo regime de transição mencionado. Sobre esses ativos, os representantes do Comitê de Investimentos do IPREMA questionaram se seria possível manter as aplicações atualmente existentes e apenas deixar de realizar novos aportes enquanto o Instituto busca a certificação. A consultoria confirmou essa compreensão, esclarecendo que as posições poderão permanecer durante o período informado, devendo a situação ser reavaliada à medida que se aproxime o prazo final. Caso o Instituto não obtenha o nível de Pró-Gestão necessário, poderá ser preciso realizar resgates e redirecionar os recursos para estratégias compatíveis com o enquadramento permitido, inclusive fundos integralmente vinculados a títulos públicos. Na análise individual dos ativos, foi registrado desempenho negativo do fundo BB Ações Energia no mês de julho. A consultoria relacionou a oscilação do segmento ao cenário internacional e às tensões geopolíticas que vinham afetando o mercado de energia, ressaltando, contudo, que a análise não deveria se limitar ao resultado de um único mês. Foi informado que o referido fundo permanecia positivo no ano e acumulava rentabilidade aproximada de 50,29% desde o início da aplicação, motivo pelo qual a oscilação recente foi tratada como compatível com a maior volatilidade característica dos investimentos em renda variável. Como destaque positivo, foi mencionado o fundo Perfil, vinculado ao CDI, que apresentou a maior rentabilidade da carteira no mês de julho, além de outros fundos indexados a essa referência que também registraram desempenho superior a 1% no período. Na exposição do cenário econômico, a consultoria informou que a inflação de julho havia apresentado desaceleração, com variação de aproximadamente 0,07%, e relacionou esse comportamento à composição da meta atuarial e à manutenção da taxa Selic em patamar elevado. O cenário foi apontado como favorável ao desempenho das estratégias vinculadas ao CDI e a outros índices de renda fixa. Quanto à distribuição dos recursos entre as instituições financeiras, foi apresentado que aproximadamente 76,68% do patrimônio estava concentrado no Banco do Brasil, 16,02% na Caixa Econômica Federal e 7,30% no Bradesco. Na análise dos benchmarks, foram destacados CDI, IMA-Geral e IRF-M 1, os quais, somados, representavam parcela relevante da carteira e vinham superando a meta atuarial no período. Também foram mencionados resultados positivos em outros índices presentes na carteira, entre eles IMA-B, IMA-B 5 e Ibovespa, concluindo-se, de maneira geral, que a carteira se encontrava bem posicionada em relação ao risco assumido e aos resultados apresentados. Diante do desempenho observado, a consultoria recomendou a manutenção da estratégia que vinha sendo adotada, esclarecendo que não se mostravam necessárias alterações bruscas ou movimentações frequentes na carteira naquele momento. Registrou-se que eventuais ajustes deverão continuar sendo avaliados de acordo com a evolução do





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARIPE
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE ARARIPE
IPREMA



cenário econômico, do risco dos ativos, do comportamento da meta atuarial e das condições de enquadramento, mantendo-se o acompanhamento mensal pelo Comitê de Investimentos. Na parte final da reunião, representante do IPREMA relatou as providências em andamento para cumprimento dos critérios do Pró-Gestão e para obtenção das certificações exigidas, inclusive dos membros do Comitê de Investimentos. Foram mencionadas, ainda, as demandas administrativas decorrentes de diligências do Tribunal de Contas, solicitações do Ministério Público e requerimentos do Conselho, bem como os reflexos da ausência dos repasses patronais sobre a situação de regularidade previdenciária do Instituto e sobre a obtenção e manutenção do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP. Ficou registrado que o Instituto continuará adotando as providências necessárias para atendimento das exigências e regularização das pendências. Também se discutiu a utilização do relatório mensal de investimentos para subsidiar as reuniões e dar ciência ao Conselho. Os participantes esclareceram que esse relatório, contendo os rendimentos e os resultados do período, já é gerado mensalmente pelo sistema. A consultoria informou que o documento pode ser anexado à respectiva ata, sem impedimento, como forma de complementar a documentação da reunião e registrar de maneira objetiva os dados apresentados e analisados pelo Comitê. Ficaram, assim, consignados como principais encaminhamentos: a manutenção da estratégia de investimentos atualmente adotada, sem alterações bruscas na carteira; o acompanhamento mensal da rentabilidade, da meta atuarial e da evolução patrimonial; o registro e acompanhamento dos efeitos da ausência de repasses patronais sobre a necessidade de resgates e sobre o patrimônio do Instituto; a continuidade das providências voltadas à obtenção do Pró-Gestão RPPS Nível II e das certificações dos membros do Comitê; a observância do prazo informado para adequação dos investimentos sujeitos ao regime de transição; e a anexação, sempre que pertinente, do relatório mensal de investimentos às atas do Comitê, especialmente para subsidiar a prestação de informações ao Conselho e aos órgãos de controle. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada após aproximadamente vinte e quatro minutos e trinta e oito segundos de duração, agradecendo-se a participação de todos. Para constar, lavrou-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, será assinada pelos membros presentes e demais responsáveis.

João Batista da Silva Neto, Emília de Oliveira Amarante
João Carlos Gomes da Silva

Araripe/CE, 28 de agosto de 2026.